

pode ser utilizada contra Cícero; a advocacia, como já tive ocasião de referir, foi omitida no catálogo de Cícero. Não se tentam análises quantitativas, nem se definem distinções, embora haja algumas óbvias mesmo à mão de semear.

Sejamos claros acerca do ponto em questão. Nem na Roma de Cícero nem em qualquer outra sociedade complexa a actuação de todos os homens se desenrolou segundo os cânones aceites. Somos levados a repetir tal banalidade por causa da prevalência do argumento por excepção. Nem afirmaremos que os valores arcaicos da Grécia de Homero ou da legendária Roma primitiva ainda se encontravam intactos e orientavam o comportamento em períodos posteriores. Mas a alternativa não reside necessariamente entre valores arcaicos e ausência total de valores. Antes de pôr Cícero de parte convém decidir se a nova liberdade de enriquecimento era total ou não, mesmo para a nobreza, ou se, por lei ou convenção, os homens continuavam a ser impelidos para certas fontes de riqueza de acordo com a sua posição social (44). A época de Cícero fornece o melhor teste possível; era uma época de colapso político, das mais duras lutas pelo poder nas quais quase tudo era permitido, de mudanças profundas no comportamento moral tradicional, de grandes tensões entre valores e práticas. Então, como em nenhuma outra época da antiguidade, se pode esperar encontrar sintomas de um estilo «moderno» de actividade económica e mostrar, portanto, que as afirmações de Cícero no *De officiis* são vazias e bombásticas.

Começarei pelo empréstimo de dinheiro e pela usura. Os romanos, ao contrário dos gregos, tentaram desde os tempos recuados controlar legalmente os juros, e não foram de todo

44 No que se segue concentrar-me-ei sobretudo nas convenções, ignorando leis como a aprovada em 218 a.C. que limitava a dimensão dos navios que um senador podia possuir àquela que na prática correspondia a barcos costeiros suficientes para transportar os produtos das suas propriedades. As proibições legais são em geral meros detalhes, eficazes apenas quando o clima social lhes é favorável, e é este último, portanto, que conta na realidade.

mal sucedidos (45). Mas a época de Cícero foi anormalmente complicada: as exigências da política tal como ela então se praticava e os gastos conspícuos, que eram um elemento em política, envolviam a nobreza, e outros, em empréstimos de dinheiro numa escala formidável. Subornos eleitorais, um estilo de vida dispendioso, jogos públicos extravagantes e outras formas de generosidade pública tinham-se tornado ingredientes necessários de uma carreira política. Para os homens cuja fortuna era a terra, as pressões eram exacerbadas por falta de dinheiro líquido. Por conseguinte muitas manobras políticas incluíam uma rede complicada de empréstimos e garantias. Pedir emprestado criava uma obrigação política — até se ser nomeado governador de alguma província e se poder indenizar. Assim, a extorsão nas províncias tornava-se muitas vezes uma necessidade pessoal, o que provocava, a este alto nível da sociedade romana, uma tensão contínua sobre assuntos de dinheiro. Só uns poucos, como Pompeu e Crasso por exemplo, eram suficientemente ricos para estarem mais ou menos imunes a essa ansiedade. Os riscos eram também consideráveis: a bancarrota podia levar à desgraça se os credores se decidissem a abandonar politicamente a pessoa falida; o que podia então significar a expulsão do senado e o sequestro das propriedades (46).

O próprio Cícero pediu um empréstimo de 3.500.000 sestércios a 6% a prestamistas profissionais para poder comprar a Crasso uma casa luxuosa no Palatino. Como explicava numa carta, ele era considerado um bom risco porque era um protector consciente dos direitos dos credores (47). Mais

45 A documentação poderá ser encontrada no livro um tanto caótico de G. Billeter, *Geschichte des Zinsfusses im griechisch-römischen Altertum* (Leipzig 1898).

46 Ver Frederiksen, «Caesar»; J. A. Crook, «A Study in Decoction», *Latomus* 26 (1967) 363-76; Helmuth Schneider, *Wirtschaft und Politik, Untersuchungen zur Geschichte der später römischen Republik* (Erlangen 1974) pp. 205-21.

47 *Ad familiares* 5.6.2. Cfr. a sua tempestuosa denúncia, em *De officiis* 2.78-84, das medidas para aliviar as dívidas, em especial as de César, que ele considerava, a par das leis agrárias, como um roubo; ele protegia a propriedade, não os prestamistas.

tarde, Cícero pediu emprestado a César 800.000 sestércios, o que lhe causou grande embaraço quando começou a inclinar-se para o campo de Pompeu (48). Mais tarde ainda, em 47 ou 46, quando César estava em plena força, Cícero emprestou ao secretário do ditador, Faberius, uma grande quantia (não especificada) e a recuperação desse empréstimo revelou-se difícil e sórdida (49). Não é certo se estes dois empréstimos se fizeram a juros, mas não há dúvida de que tanto Crasso como César, entre outros, fizeram grandes empréstimos isentos de juros a homens politicamente úteis (50). Por repelente que possa parecer a comparação, eles estavam a demonstrar na prática aquilo que Aristóteles entendia quando escreveu (*Ética a Nicomaco* 1133a4-5) que «é um dever não só pagar um serviço prestado mas também tomar por si próprio a iniciativa de prestar um serviço».

Devemos registar mais um exemplo. Entre 58 e 56 a.C., Brutus, homem exemplarmente nobre, embora ainda jovem, emprestou à cidade de Salamis em Chipre uma quantia considerável ao juro de 48%! Quando chegou a altura de Brutus ser reembolsado Cícero entristeceu-se, e como governador da Cilícia tentou resolver o caso à taxa legal de 12% (51).

48 *Epístolas a Ático* 5.4.3; 7.3.11; 7.8.5.

49 Ver O. E. Schmidt, *Der Briefwechsel des M. Tullius Cicero von seiner Prokonsulat in Cilicien bis zu Caesars Ermordung* (Leipzig 1893), pp. 289-311.

50 Ver Gelzer, *Nobility* pp. 114-7. A referência feita por Cícero em 54 a.C. (*Ad familiares* 1.9.18) à grande *liberalitas* de César para consigo e seu irmão, não se refere necessariamente ao empréstimo de 800 000 sestércios, que não pode ser datado mas que é mencionado pela primeira vez em 51 a. C. (*Epístolas a Ático* 5.5.2), mas a palavra *liberalitas*, se Cícero a emprega de maneira consistente (e. g. *De officiis* 1.43-4; *Leis* 1.48) sugere a inexistência de juros. A ideia de que César cobrava juros baseia-se na expressão elíptica «os 20.000 e os 800.000» em duas epístolas a Ático (5.5.2 e 5.9.2). Mas a cifra de 20.000 é estranha se se tratar de juros (de 2½%) sobre 800.000; as taxas de juro na antiguidade costumavam ser em múltiplos ou fracções de doze, ou seja, tanto por mês.

51 Os textos principais são Cícero, *Epístolas a Ático* 5.21; 6.1; ver a breve análise de E. Badian, *Roman Imperialism in the Late Republic* (2.ª ed., Oxford 1968) pp. 84-87.

Não era a única dívida romana nem a única de Brutus que Cícero estava a tentar cobrar durante o seu período como governador. O que resta então de «devem ser condenadas as profissões que suscitam a antipatia dos outros, como as de (...) prestamistas (*faeneratores*)»? Não estava Cícero, o homem prático, a tornar ridículo Cícero, o moralista?

Creio que não, uma vez feitas as distinções que se impõem. Nunca Cícero negou a necessidade das profissões inferiores. Só na Terra do Nunca-Jamais elas seriam desnecessárias. Os prestamistas eram tão indispensáveis ao seu mundo (e a ele pessoalmente) como os comerciantes, os artífices, os perfumistas e os médicos. A única questão com que ele se preocupava era a do *status* moral (e social) dos que participavam essas profissões. Não havia contradição alguma entre pedir emprestado a *faeneratores* profissionais para comprar uma casa adequada ao seu *status* e denegrir estes mesmos *faeneratores* como pessoas *. Brutus, Crasso e César eram outra história. Emprestavam grandes quantias mas não eram prestamistas; eram homens de guerra e de política, as duas actividades que melhor convinham à nobreza. Reconhecia-se que tais homens podiam perfeitamente pôr a render, através de empréstimos, o dinheiro líquido em excesso, uma actividade de amador que não prejudicava as suas carreiras nobres. Nos dias de Cícero havia ainda a vantagem de esta forma de ganhar dinheiro ser largamente política, e se fazer nas províncias à custa dos vencidos e dos dominados. Cícero nunca sonharia chamar *faeneratores* a estes amadores (52).

A oportunidade de «ganhar dinheiro politicamente» dificilmente pode ser exagerada. O dinheiro entrava em catadupas, proveniente de pilhagens, indenizações, impostos provinciais, empréstimos e de variadas origens, em quantida-

* «Nenhum jovem de carácter», escreveu Plutarco (*Péricles* 2.1-2), «deseja ser Fídias ou Policeto só por ver o Zeus de Olímpia ou a Hera de Argos... Porque não é obrigatório que, por mais encantadora que a obra seja, o que a fez seja digno da vossa estima».

52 Por estranho que pareça, não encontro um estudo moderno e sistemático dos empréstimos e prestamistas nesta fase tão crítica da história antiga.

des sem precedentes na história greco-romana, e a um ritmo acelerado. O tesouro público era um dos beneficiários, mas a maior parte ficava, provavelmente, em mãos privadas, nas dos nobres em primeiro lugar; depois, em proporções decrescentes, entre os *equites*, os soldados e mesmo a plebe da cidade de Roma (53). Tampouco devemos esquecer as guerras civis: muitas das grandes fortunas foram construídas sobre as proscricções e confiscações de Sila (54) e depois da vitória de Augusto sobre Antônio. No entanto todo o fenómeno é mal compreendido quando é classificado sob os títulos de «corrupção» e «malversação», como certos historiadores insistem ainda em fazer (55). Cícero foi um honesto governador da Cilícia em 51 e 50 a.C., de tal forma que, no fim do seu mandato, tinha ganho apenas os lucros legítimos do cargo, que eram 2.200.000 sestércios (56), mais do triplo da quantia de 600.000 sestércios que ele próprio mencionara (*Paradoxos Estóicos* 49) como o rendimento anual necessário para uma vida luxuosa. Estamos perante algo de estrutural na sociedade.

53 Uma amostragem suficiente do material encontra-se em Badian, *Imperialism*, esp. caps. 5-6; cfr. A. H. M. Jones em *Proceedings* da 3.^a Conferência Internacional de História Económica, Munique, 1965, vol. 3, *The Ancient Empires and the Economy* (Paris e Haia 1969) pp. 81-8; Schneider, *Wirtschaft und Politik*, pp. 93-141.

54 Ver Brunt, *Manpower*, pp. 301-5.

55 Na obra de Lily Ross Taylor, *Party Politics in the Age of Caesar* (Berkeley e Los Angeles 1949), encontra-se no índice remissivo o seguinte: «Suborno: ver eleições, jurados, burla». Isto engloba tudo o que é dito sobre as questões financeiras, que é quase nada. Cfr. D. Stockton, *Cicero, A Political Biography* (Londres 1971), p. 240, sobre o empréstimo de Brutus aos habitantes de Salamina: «Todo o caso sabia a corrupção.»

56 Um século mais tarde, quando as grandes fortunas se tornavam cada vez maiores, Plínio o Jovem, que sem ser dos senadores mais ricos estava longe de ser dos mais pobres, tinha um rendimento anual que se calcula em cerca de 2.000.000 de sestércios; ver Duncan-Jones, «The Finances of Pliny». Cícero, aliás, depositou os seus rendimentos da Cilícia junto dos colectores de impostos de Éfeso e acabou por vê-los confiscados pelos agentes de Pompeu; ver Schmidt, *Briefwechsel* pp. 185-9.

O que torna excepcionais os últimos anos da República Romana são a escala e a sinceridade do esforço de enriquecimento. Nas cidades-estado gregas, mesmo no período helenístico, a regra era que o comandante no campo «pudesse dispor dos proventos da venda da pilhagem em várias formas... mas tudo o que fosse trazido tornava-se propriedade do estado» (57). Não sabemos, é claro, quais eram as proporções, o que é obviamente importante, mas os casos conhecidos de generais que fizeram fortunas consideráveis são de homens que se puseram mercenariamente ao serviço de tiranos ou de reis estrangeiros. As regras romanas eram semelhantes mas uma mudança no comportamento, se não na lei, tornou-se visível com as primeiras conquistas fora da Itália, nas guerras contra Cartago no séc. III a.C.. O enriquecimento de comandantes do exército através da pilhagem era a contrapartida da monopolização pela aristocracia senatorial de terras confiscadas e conquistadas na Itália (58).

Depois, quando a paz e a tranquilidade relativas do Império Romano (e o interesse dos imperadores) acabaram com tais possibilidades, o enriquecimento privado através da guerra e da administração foi conseguido por meio de outra técnica, o favor real à maneira helenística. Esta era, por assim dizer, a versão imperial da política como via para o enriquecimento. É-nos dito que Mela, irmão de Sêneca, «se absteve de procurar um cargo público por causa de uma ambição perversa de atingir a influência de um cônsul permanecendo embora um *eques* romano; acreditava também que uma via mais curta para a aquisição da riqueza residia nas procuradorias para a administração dos negócios do imperador» (Tácito, *Anais* 16.17). Dizia-se que o próprio Sêneca, senador e durante algum tempo tutor de Nero e seu mais próximo conselheiro, tinha reunido uma fortuna de 300.000.000 de sestércios (59), parte da qual proveniente, sem

57 Pritchett, *Military Practices*, p. 85.

58 I. Shatzman, «The Roman General's Authority over Booty», *Historia* 21 (1972) 177-205.

59 Tácito, *Anais* 13.42; Dio 61.10.3.

dúvida, da sua parte nos bens confiscados a Britannicus, cunhado de Nero, que morreu, provavelmente envenenado, pouco antes de fazer catorze anos em 55 d.C..

Complicando esta terrível fome de aquisição nas classes altas estava o facto de a sua fortuna básica ser constituída por terras, havendo assim uma falta crónica de dinheiro — que, neste mundo, era constituído exclusivamente por moedas de ouro e prata — sempre que precisavam de somas consideráveis quer para a despesa convencional de um homem de alta posição (como belas casas e dotes para as suas relações femininas), quer para as despesas igualmente convencionais que a ambição política tornava necessárias. Tais despesas possuíam um ímpeto próprio, que ajudava a determinar a extensão da rapacidade de que eram vítimas tanto os inimigos internos numa guerra civil como os povos conquistados ou dominados em todos os tempos. Poderia parecer lógico a um espírito moderno incluir as actividades militares e políticas que produziam estes tipos de rendimentos entre as profissões ou ocupações. Sê-lo-ia falso, no entanto, segundo os cânones antigos e Cícero estava a ser perfeitamente correcto não o mencionando, da mesma forma que estava a ser correcto e coerente quando distinguia a actividade dos prestamistas profissionais da dos seus amigos senadores que emprestavam dinheiro.

Estava a ser igualmente correcto (e honesto) ao omitir das ocupações que requeriam «um grau superior de inteligência» justamente aquela que o colocava a ele próprio numa alta posição dentro do estado, a prática do direito público. Em Roma, os advogados e jurisconsultos ocupavam um lugar especial na hierarquia; o seu trabalho estava intrinsecamente ligado à política e era considerado igualmente honorífico. Uma lei de 204 a.C. proibia os advogados de receberem honorários ou de irem a tribunal para recuperar dinheiro aos seus clientes sob qualquer pretexto. Tal lei não era facilmente aplicável e há notícia de violações. Não ao nível de Cícero, pela simples razão de que os grandes advogados e jurisconsultos republicanos não necessitavam de honorários. «Se Cícero desse satisfação a um cliente, a bolsa,

os amigos e a influência do cliente estariam à disposição de Cícero em qualquer altura» (60) precisamente como se tivesse emprestado 2.000.000 de sestércios sem juros a um político. O mesmo não acontecia em Roma com outras profissões (no nosso sentido de «profissões liberais»). O jurista Juliano, que escrevia no séc. II d.C., estabeleceu a seguinte regra (*Digesto* 38.1.27): «Se um liberto se dedica à pantomima deve pôr os seus serviços gratuitamente à disposição não só do seu patrono mas também dos amigos deste, sem cobrar honorários. Do mesmo modo, um liberto que pratica a medicina deve, a pedido do seu patrono, tratar gratuitamente os amigos deste». A situação dos médicos variou de facto grandemente em diferentes períodos e lugares do mundo antigo. Entre os gregos eram geralmente estimados, assim como sob o Império Romano, mas entre os próprios romanos a maior parte dos praticantes de medicina recrutava-se entre escravos libertos e estrangeiros (61), de modo que quando Juliano menciona os médicos em paralelo com a muito baixa ocupação de pantomimeiro não se trata de um mero insulto gratuito.

Até aqui, em suma, Cícero tem-se mostrado um bom guia quanto aos valores dominantes. A discussão torna-se mais complicada quando nos ocupamos de comércio e indústria, que são, em certos aspectos, o nó do problema. É sempre difícil validar um argumento negativo. Temos de aceitar que as fontes antigas estão distorcidas, por serem incompletas e parciais; que havia fuga ao código ciceroniano através de «comanditas» e do emprego de agentes escravos e libertos (62). São argumentos válidos embora por vezes resultem em conjecturas ilegítimas: Porque razão teriam os *pragmateutai* do Pireu erigido uma estátua à mulher de Herodes

60 Crook, *Law* p. 90.

61 K.-H. Below, *Der Arzt im römischen Recht* (Munique 1953) pp. 7-21; cfr. K. Visky, «La qualifica della medicina e dell' architettura nelle fonti del diritto romano», *Iura* 10 (1959) 24-66.

62 Estas possibilidades são enunciadas com sobriedade por Broughton, em Seager, *Crisis* pp. 119-21.

Ático (o homem mais poderoso e rico de Atenas no séc. II d.C.)?, pergunta um investigador, dando a seguinte resposta sem a menor fundamentação: porque eram os agentes comerciais de Herodes (63). O ponto decisivo é que contra os relativamente poucos exemplos conhecidos de «comanditas» e outros expedientes não se pode identificar um único *equus* eminente que tenha sido «principalmente um comerciante» (64), nem quaisquer *equites* «que tenham eles próprios participado activamente em transacções de cereais ou no comércio marítimo» (65) — *equites*, quanto mais senadores.

Os proprietários fundiários preocupavam-se, é claro, com a venda da sua produção (a menos que as suas terras estivessem arrendadas), e faziam-no através de feitores e criados como o Evangelus de Péricles. Na Itália, pelo menos, se as terras continham boas reservas de argila, a fabricação de tijolos e telhas adquiriu o mesmo foro da agricultura. Daqui «a fabricação de tijolo ser praticamente a única indústria em Roma em que o aristocrata não hesita em mostrar as suas ligações com os lucros de uma fábrica» (66). Mais uma vez é necessário fazer uma distinção. Quando Cícero terminava a sua longa passagem com «de todas as coisas de que se pode tirar proveito nenhuma é melhor que a agricultura», a última coisa que ele tinha em mente era a agricultura de subsistência. Na Inglaterra ainda se fala de um *gentleman farmer* («agricultor gentleman»), mas nunca de um comerciante «gentleman» ou de um industrial «gentleman»*. Mas enquanto hoje isto é uma sobrevivência fossilizada na nossa linguagem, porque a agricultura também é hoje um empreendimento capitalista, durante a maior parte da história humana a distinção era fundamental. Quem con-

63 Rougé, *Commerce* p. 311.

64 Brunt, em Seager, *Crisis* p. 94.

65 Broughton, *ibid.* pp. 118, 129.

66 Tenney Frank, *An Economic History of Rome* (2.^a ed., Londres 1927) pp. 230-1. Os juristas debatiam se os jazigos de argila deviam ser incluídos entre os *instrumenta* de uma propriedade e se podiam ser objectos de um usufruto: *Digesto* 8.3.6; 33.7.25.1.

* *Gentleman merchant* e *gentleman manufacturer*.

fundir o carácter *gentlemanly* da agricultura com um desinteresse nos lucros ou na riqueza está fechando a porta à compreensão de uma grande parte do passado. Nunca ninguém recomendou mais fervorosamente a extorsão do último centavo do que o auto-denominado pregador das velhas virtudes, do *mos maiorum*, Catão o Velho.

A título de verificação, debrucemo-nos agora sobre os centros comerciais das províncias. Diz Rostovtzeff, escrevendo sobre Lugdunum (hoje Lyon), uma aldeia gaulesa que, depois de uma colónia romana ter sido aí fundada em 43 a.C., se tornou rapidamente uma das mais ricas e das maiores cidades na Gália, graças à sua situação na confluência do Ródano e do Saône e à sua conversão num importante centro administrativo: «Para imaginar o brilhante desenvolvimento do comércio e da indústria na Gália» no século II «basta ler as inscrições no 12.^o e 13.^o volumes do *Corpus*» das inscrições latinas «e estudar a admirável colecção de esculturas e baixos-relevos... As inscrições de Lyon, por exemplo, gravadas quer em monumentos de pedra quer em vários artigos de uso comum (*instrumenta domestica*), e particularmente as que mencionam as diferentes associações de comércio, revelam a grande importância do papel desempenhado pela cidade na vida económica da Gália e de todo o Império Romano. Lyon não era apenas o grande centro distribuidor para o comércio do trigo, linho, azeite e madeiras; era também um dos maiores centros do Império para a manufactura e distribuição de grande parte dos artigos consumidos pela Gália, Germânia e Bretanha» (67).

Pode ser excessivo, mas o que não pode é haver discussão sobre o volume e importância do comércio que passava por tais centros. Não é isto que está em causa mas o *status* dos homens que dominavam e beneficiavam do comércio e da actividade financeira com ele relacionada. A.H.M. Jones faz notar que embora houvesse realmente gente importante entre os mercadores de Lyon, estes eram libertos e

67 Rostovtzeff, *RE* pp. 176-7.

estrangeiros (não só de outras cidades da Gália mas até de tão longe como a Síria), nem um só dos quais se identificando como cidadão de Lyon e muito menos como membro da aristocracia local, para já não falar da aristocracia imperial (68). Uma análise semelhante foi feita à cerca de Arles (69) e do centro comercial de Magdalensberg, na província de Noricum (70), recentemente escavado, e que eram, ambos, grandes «centros distribuidores» na terminologia de Rostovtzeff. Havia, claro, exceções, não só indivíduos excepcionais como cidades excepcionais, como Ostia, o porto de Roma, Palmira, a cidade das caravanas, talvez Arezzo enquanto manteve o monopólio da *terra sigillata*, mas penso não ser necessário comentar de novo as argumentações que se baseiam nas exceções. Se as fontes epigráficas têm sido objecto de análises suficientemente cuidadas — neste domínio a investigação necessária ainda mal começou — elas confirmam aquilo que nos é dito tanto pelas fontes literárias como pelos textos legais sobre o baixo *status* dos comerciantes e industriais profissionais ao longo de toda a história romana.

Mesmo em comunidades antigas menos luxuosas e menos complexas que a Roma na época de Cícero ou durante o Império ou mesmo a Atenas clássica — e a maior parte das comunidades antigas eram menos luxuosas, menos complexas e mais tradicionais — alguém tinha que importar alimentos, metais, escravos e objectos de luxo, construir casas, templos e estradas, e fabricar uma grande quantidade de bens. Se for verdade, como creio ser indicado pelas nossas fontes, que uma grande parte dessas actividades se encontrava confiada ou a homens de *status* baixo ou então a homens socialmente mais respeitáveis mas politicamente marginais, como os metecos ricos de Atenas, tem que haver uma explicação para isso.

68 «The Economic Life of the Towns of the Roman Empire», *Recueils de la Société Jean Bodin* 7 (1955) 161-94, às pp. 182-3.

69 *Ibid.* pp. 183-4.

70 Broughton, em Seager, *Crisis* pp. 129-30.

Porque razão Atenas, que elaborou grande número de leis com fortes penalidades para assegurar o fornecimento de cereais importados, vitais para a sua subsistência, não legislou sobre quem poderia ocupar-se do comércio de cereais, grande parte do qual estava entregue a não-atenienses? Porque é que os senadores romanos deixaram campo livre aos *equites* para uma actividade tão lucrativa e politicamente importante como a de coletar os impostos nas províncias (71)? A resposta é que o fizeram porque a elite dos cidadãos não estava preparada, em número suficiente, para assegurar estes ramos da vida económica sem os quais nem eles nem as suas comunidades podiam viver ao nível a que estavam habituados. A elite possuía os recursos e o poder político e podia também comandar um vasto pessoal. Falta-lhe a vontade; quer dizer, como grupo (quaisquer que tenham sido as reacções de uma minoria) estavam inibidos por valores fundamentais. É decisivo notar que na denúncia habitual dos libertos e metecos, desde Platão até Juvenal, o tema invariável é moral e não económico (72). Eram condenados pelos seus vícios e maus costumes e nunca como rivais que roubavam a homens honestos um modo de ganhar a vida.

Dito de outro modo, um modelo de opções económicas, um modelo de «investimentos», na antiguidade daria considerável peso a este factor de *status*. Não digo que tenha sido o único factor ou que tenha tido o mesmo peso para todos os membros de qualquer ordem ou grupo social (*status-group*). Tampouco sei traduzir aquilo que disse numa equação matemática. Em qualquer época que se considere, muito dependia da capacidade de se obter riqueza suficiente a partir de fontes respeitáveis e das pressões para gastar e consumir. Escolhi a Roma de Cícero para uma análise especial

71 Cícero, *Epístolas a Ático* 1.17.9, é elucidativo.

72 Ver J. Pečírka, «A Note on Aristotle's Conception of Citizenship and the Role of Foreigners in Fourth Century Athens», *Eirene* 6 (1967) 23-26, e a recolha completa, por Erxleben, «Aussenhandel Athens», da documentação sobre Atenas no período clássico.

justamente porque este foi o período em que o modelo baseado no *status* parecia mais perto do colapso. Não se partiu, contudo, dobrou-se, adaptou-se, alargando as possibilidades de opção nalgumas direcções mas não em todas; mais, em direcções que decorriam logicamente dos próprios valores que estavam a ser ameaçados e defendidos. E se o modelo sobreviveu mesmo durante esse período extraordinário é sinal que noutros períodos e regiões estava firmemente implantado. Trimalcião é efectivamente um porta-voz perfeitamente qualificado.

III

AMOS E ESCRAVOS

Por muito paradoxal que possa parecer, nada cria mais complicações no quadro do sistema de *status* da antiguidade que a instituição da escravatura. Tudo parece muito simples: um escravo é propriedade, sujeito às regras e aos processos da propriedade, no que respeita à venda, aluguer, roubo, crescimento natural, etc.. O porqueiro Eumeu, o escravo favorito de Ulisses, era propriedade; propriedade era também Pasion, o gerente da maior empresa bancária de Atenas no século IV a.C., que cedo foi libertado e a quem acabou por ser concedida a honra da cidadania ateniense; também o eram os escravos que trabalhavam nas célebres minas de prata em Espanha; também Helicon, escravo do imperador Calígula, responsabilizado por Filon (*Embaxada a Gaio* 166-72) pelas dificuldades da comunidade judaica de Alexandria; e também Epicteto, o filósofo estóico nascido cerca de 55 d.C., primitivamente escravo de um dos secretários libertos de Nero. Isto dá que pensar, mas a verdade é que também casas e terras, e toda a espécie de objectos que também são propriedade, variam grandemente em qualidade. Os escravos fugiam e eram espancados e marcados, mas também os animais o eram; se escravos e animais causavam danos à propriedade alheia, os seus donos eram responsáveis através daquilo a que a lei romana chamava «ação noxal». Chegamos depois a duas qualidades de que o escravo como propriedade tinha o exclusivo: primeiro, a mulher escrava